

Participação política on-line: análise comparativa do *website Vote na Web*¹²

Daniele Ferreira Seridório³

Caroline Kraus Luvizotto⁴

Resumo

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e a configuração em rede da internet promoveram profundas mudanças na sociedade, desde a reorganização do capital para bens imateriais de informação e conhecimento, até a maneira como os indivíduos se comunicam e produzem mídia. A sociedade apropriou-se dessas tecnologias e formou-se uma rede que utiliza esse aparato tecnológico para interagir, se comunicar e participar social e politicamente. Essa expansão e inerência do ambiente on-line chegaram às assembleias de praça pública e levaram-nas para fóruns, sites e outras plataformas digitais de interação. Esses espaços digitais permitem a conversação, a discussão política e dão visibilidade a temas que dificilmente eram debatidos pelos meios de comunicação em massa. Dentro deste contexto surge o *website Vote da Web* que disponibiliza, para votação popular, os projetos de lei que tramitam na assembleia. Cada projeto tem um fórum específico e é apresentado aos usuários a partir de um resumo do projeto na íntegra e de informações como autoria, data e estado de tramitação. Este resumo é o primeiro contato do usuário com o tema, e deveria incluir todas as questões relevantes como o objetivo do projeto e quais são as medidas para a implantação da lei. O nosso interesse é analisar a participação política on-line a partir da maneira que o site *Vote na Web* apresenta os projetos de lei aos usuários, levando em consideração duas variáveis: a *interface* do ambiente e o resumo do projeto de lei.

Palavras-chave: participação política, sociedade da informação, PLC 7633/2014, internet, *Vote na Web*.

Introdução

O desenvolvimento das tecnologias digitais e interativas de comunicação introduziu o conceito de democracia deliberativa nos estudos de Comunicação, analisando e discutindo a maneira que esses meios podem reforçar a participação dos cidadãos na democracia contemporânea. As tecnologias da web 2.0 são grande atrativo para a articulação de ações individuais ou coletivas, como a dos movimentos sociais, pois a partir dessas tecnologias é possível a interação por intermédio de *websites* e redes formadas em torno de interesses específicos, podendo apoiar causas e discutir temas individuais ou temas de relevância coletiva, levando assim a opinião pública a reflexão e a disseminação de informações políticas e sociais (VALENTE; MATAR, 2007).

Com a internet, as formas de comunicação e consumo de informação se modificaram e deixaram de ser unilaterais – marca dos meios de comunicação de massa – sendo mais participativas e democráticas. Devido à interatividade, com a criação das redes sociais e

¹ Trabalho apresentado no VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado pela Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica Del Peru, 22 a 24 de julho de 2015.

² O trabalho é resultado da pesquisa de mestrado “Deliberação on-line e participação política na sociedade da informação: o potencial do website Vota na Web” financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP.

³ Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Unesp. Email: seridorio@gmail.com.

⁴ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Unesp. Professora do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Unesp. Email: caroline@faac.unesp.br.

blogs, por exemplo, a internet proporciona aos seus usuários a capacidade de produzir informação, ao invés de somente consumi-la. Observa-se que as plataformas on-line da web 2.0 foram tomadas por discussões e debates dos mais variados temas. Entende-se que, mesmo de maneira limitada devido à sua infraestrutura de conectividade e a aspectos relativos como a arquitetura da informação do *website*, a internet possibilita participação e interação entre seus usuários, sendo uma forma de comunicação rápida, prática e sem barreiras geográficas e temporais.

Atualmente, inúmeros sujeitos sociais articulam suas ações por meio das redes sociais na internet, um tipo de participação que se configura como ativismo social *on-line*. A infraestrutura de conectividade da rede revela-se um aparato tecnológico que permite a comunicação de atores sociais no processo de criação, organização e disseminação de demandas políticas e sociais (ROTHBERG; *et. al*, 2014). Esta estrutura possibilita a articulação dos atores sociais de modo inter e correlacionado. Esse novo paradigma tem, segundo Castells (2008, p. 108-109), certas características essenciais: “a informação é sua matéria-prima, os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade, predomínio da lógica de redes, flexibilidade, crescente convergência de tecnologias”.

As redes que integram essa lógica possuem potencial articulador e mobilizador e, segundo Scherer-Warren (2006, p. 115), “por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações – e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores”.

A participação está ligada à atividade e ao engajamento. A participação seria inata ao ser humano devido às suas necessidades criativa e racional e a democracia seria um estado da participação (BORDENAVE, 1983). Nesse sentido, podemos afirmar que o exercício da cidadania passa diretamente pela participação de um povo e suas demandas.

Inúmeras potencialidades são atribuídas à internet e suas características mais representativas para o processo de participação “vão desde a possibilidade de autoexpressão e estabelecimento da comunicação sem coerções, passando pela sua enorme capacidade interativa e de instantaneidade, até a memória e a capacidade de armazenamento de informação” (SAMPAIO, *et al*, 2012, p. 474). No ambiente on-line são os processos de interação mediada por computador que vão guiar a participação política.

Dentro deste contexto surge o *website Vote da Web* – criado em 2009 pela empresa Webcitizen – que tem como objetivo aproximar os cidadãos do ambiente deliberativo que são as casas legislativas no Brasil. O site disponibiliza, para votação popular, todos os projetos de lei que tramitam nas assembleias. Cada projeto tem um fórum específico e é apresentado aos usuários a partir de um resumo do projeto na íntegra e de algumas informações como autoria, data e estado de tramitação.

Este resumo é, portanto, o primeiro contato do usuário com o tema, e deveria incluir todas as questões relevantes, como o objetivo do projeto e quais são as medidas para a implantação da lei.

A partir da revisão da literatura nacional e internacional pertinente ao tema, da análise das ferramentas da web 2.0, do estudo de caso do *website Vote na Web*, nosso objetivo é analisar a participação política on-line a partir da maneira que o site *Vote na Web* apresenta os projetos de lei aos usuários, levando em consideração duas variáveis: a *interface* do ambiente e o resumo do projeto de lei.

1. Participação Política

Bourdieu (2011, p. 202-3) coloca como particularidade do campo político o fato de que ele nunca é completamente autônomo, pois os leigos – que não fazem parte daquele campo – tem de alguma forma a última palavra nas lutas que ocorrem naquele campo. Numa democracia, essa última palavra pode ser relacionada às eleições, por exemplos.

Então, o campo político está - de certo modo - aberto a ações externas que podem refletir nas lutas de poder que ocorrem internamente. Bourdieu reconhece, inclusive, que é preciso criar novos mecanismos de manifestação evitando, assim, que o campo se feche em si e não reproduza os interesses daqueles que o perpetua.

Quando se quer dizer algo no campo político, pode-se fazer greves ou manifestações. Mas é preciso força política para produzir manifestações políticas visíveis. Se eu disser “Amanhã, todos à Bastilha!” (suponho que eu tenha suficiente força política para que isso seja anunciado nos jornais), aparecerão quinhentas pessoas; se for dito pelo secretário geral da CGT, aparecerão mil pessoas (BOURDIEU, 2011, p. 209).

De acordo com Bourdieu (2011, p. 196), uma condição para participar do campo político é o tempo livre e a educação – sendo que, participar aqui adquire o sentido de entrar nesse campo. Em sua análise da Cultura da Participação, Shirky (2011) também coloca o tempo livre como insumo fundamental da participação – aqui a participação é analisada principalmente através das mídias.

A conexão da humanidade nos permite tratar o tempo livre como um recurso global compartilhado e também definir novos tipos de participação e compartilhamento que se valem desse recurso. Nosso excedente cognitivo é apenas potencial; ele nada significa nem faz coisa alguma sozinho. Para compreender o que podemos fazer com esse novo recurso, precisamos entender não apenas que tipo de ação ele viabiliza, mas também os *comos* e *ondes* dessas ações (SHIRKY, 2011, p. 30).

Para Shirky (2011) a Cultura da Participação nasce quando os cidadãos, cientes de seu tempo livre, também possuem os meios, as motivações e a oportunidade para participar. Os meios podem ser as mídias, e no caso que queremos discutir aqui, a internet.

Participação tem um sentido amplo, ela pode ser cultural, social ou política. Shirky (2011, p. 25) afirma que participar é “agir como se sua presença importasse, como se, quando você vê ou ouve algo, sua resposta fizesse parte do evento”. Porém, vamos nos restringir a discutir à participação política.

Mantilla (1999) vê a participação política como uma ação multidimensional, já que além do caráter ideológico e político também possui fatores econômicos e sociais. A autora destaca algum deles, como a educação, sexo, idades, a comunidade em que o indivíduo vive e a cultura sociopolítica.

la participación política se define como el conjunto de actividades, interacciones, comportamientos, acciones y actitudes que se dan al interior de una sociedad en forma individual o colectiva por parte de individuos, grupos, partidos e instituciones, las cuales van dirigidas a explicar, demandar, influir o tomar parte en el proceso de decisiones políticas (MANTILLA, 1999, p. 1).

Carpentier (2013) enfatiza que um olhar criterioso é essencial para definir o que é participação política, já que o pesquisador defende que algumas discussões e ações acabam sendo menos participativas que outras. “We need to admit that some practices are labeled ‘participatory’, while they simply are not, or where the level of participation is only minimal. That’s where we need to be critical” (CARPENTIER, 2013, p. 267).

Carpentier parte da corrente da ciência política em que uma ação só pode ser considerada como participação política quando há disputa de poder. Para o autor, a participação política “completa”⁵ é quando o jogo de poder ocorre em igualdade. Carpentier indica, contudo, um limite de *práxis* em sua visão normativa.

I don't think this level of equality can ever be reached on a permanent basis; if it is reached, it will only be a temporary and unstable moment of radical equality. But the concept of full participation is important as an intellectual reference point that allows for a critical evaluation – and comparison – of different participatory social practices. At the same time, the notion of full participation, even if it is a never-to-be-reached ideal, functions as an important democratic utopia (CARPENTIER, 2013, p. 267).

Serra (2012) coloca a participação política como o conjunto a ações dos cidadãos que tem como objetivo influenciar as decisões políticas. O autor enfatiza também, que na nossa sociedade midiaticizada é impossível pensar a participação política dissociada de algum meio de comunicação.

Mais concretamente, podemos considerar essa relação entre participação política e media quanto à sua forma e quanto ao seu conteúdo. Quanto à primeira, parecem existir três modalidades fundamentais: i) Participação política nos media – os media como a arena em que se desenvolve (e em que se assiste a) a luta política, a luta entre os argumentos e contra-argumentos dos vários actores políticos (modalidade dialéctica); ii) Participação política através dos media – os media usados como meios para atingir uma determinada audiência, que se pretende influenciar num ou noutro sentido (modalidade retórica); iii) Participação política para os media – os media como o ecrã que torna visível (isto é, “real”) o espectáculo da política (modalidade cénica) (SERRA, 2012, p. 129).

Retomando o conceito de campo político de Bourdieu, além da interferência dos cidadãos pelas eleições e participação, também há a relação entre campo político e campo midiático. Miguel (2002) coloca como uma das interferências a construção das agendas.

A pauta de questões relevantes, postas para a deliberação pública, é em grande parte condicionada pela visibilidade de cada questão nos meios de comunicação. Dito de outra maneira, a mídia possui a capacidade de formular as preocupações públicas. O impacto da definição de agenda pelos meios é perceptível não apenas no cidadão comum, que tende a entender como mais importantes as questões destacadas pelos meios de comunicação, mas também no comportamento de líderes políticos e de funcionários públicos, que se vêem na obrigação de dar uma resposta àquelas questões (MIGUEL, 2002, p. 171).

Então, o papel dos meios de comunicação na construção das agendas é fundamental no processo político contemporâneo. A abordagem das temáticas dá visibilidade a determinados temas e exclui outros da pauta política, e de acordo com Miguel (2002), basta observarmos as editoriais dos jornais para percebermos quais temas são considerados como

⁵ Tradução das autoras para “full political participation”

políticos ou não. A cobertura do tema “política” é centrada, principalmente, segundo o ator, em cobertura de discursos ou no dia-a-dia do legislativo, do executivo e do judiciário. Sendo que as reivindicações populares e manifestações são deslocadas para a editoria de cidades.

O espaço de visibilidade criado pelos meios de comunicação, embora marcado por profundas assimetrias na estruturação da comunicação dos atores sociais, contribui para a promoção de um diálogo público generalizado e para a criação de uma base reflexiva para a deliberação pública nas sociedades complexas (MAIA, 2008, p. 167).

Gomes (2008) entende essa interferência como cooperação. Para o autor os sistemas político e midiático trabalham juntos no processo legitimação de decisões.

Os sistemas político e midiático cooperam para fazer com que as decisões ou opiniões que se produziram de forma não-pública possam emergir publicamente de modo a obter dos cidadãos assentimento, adesão ou, pelo menos, uma simpática tolerância. A esfera pública conserva a sua dimensão discursiva e de visibilidade, mas aqui o discurso se destina a conseguir boa vontade do público para uma posição determinada, e a visibilidade se transforma em exibição (GOMES, 2008, 124).

A esfera pública midiática não segue, portanto, os ideais de exposição de visibilidade do interesse público. A visibilidade nos meios de comunicação é construída pelo recorte dos critérios de noticiabilidade, pela influência do campo político na construção da agenda e da busca pela maximização de lucros pelas empresas jornalísticas.

A chamada política midiática é organizada segundo a lógica dominante nos próprios meios de comunicação, transformando-se, portanto, em atividade de luta pela construção e pela gestão de imagens, e pela produção da opinião pública predominante. Assim, é organizada segundo princípios de persuasão e sedução, tornando-se cada vez mais refratária à argumentação coerente e demonstrativa (GOMES, 2008, p. 121).

Gomes (2008) coloca a esfera de debate público e eleições periódicas como fundamentais para a democracia contemporânea. E essa esfera de debate público depende da pluralidade da visibilidade de temas para ocorrer, já que, caso um assunto não esteja exposto na esfera pública midiática é como se ele não existisse. “A assimetria da opinião publicada consiste no fato de que apenas alguns são falantes e de que quem exerce o papel da audiência normalmente não pode ocupar espaço do palco no teatro político” (GOMES, 2008, p. 132).

Miguel (2002) escreveu seu artigo baseado principalmente na mídia eletrônica, porém, com a popularização dos microcomputadores e do crescente acesso à internet, diversos teóricos voltaram sua atenção à internet quando o assunto discutido era democratização do acesso à informação e maior visibilidade de temas que permanecem na periferia dos jornais. Então, a internet viria como mídia que possibilitaria maior visibilidade a temas antes periféricos, já que a partir da criação de *websites* ou *blogs*, cidadãos e movimentos sociais poderiam disputar espaço na agenda midiática.

2. Sociedade da Informação

Nos início dos anos 60, militares norte-americanos começaram estudos para o desenvolvimento do que hoje conhecemos como a internet (CASTELLS, 2008), uma rede de redes sem um centro de controle, o que dificultaria a destruição desse meio de comunicação.

Para chegarmos ao padrão WWW que utilizamos atualmente, diversos estudos foram necessários, mas restritos ao eixo Estados Unidos/Europa. Portanto, o contexto da Guerra Fria influenciou fortemente o desenvolvimento da internet, a revolução da tecnologia da informação dependeu principalmente de um conjunto de circunstâncias atrelados ao triunfo norte-americano (CASTELS, 2008).

O que vivemos atualmente é chamado por alguns teóricos de Sociedade da Informação. Para Akutsu e Pinho (2002) dois fatores centrais guiam o desenvolvimento desse estágio: a comunicação e a computação. Vivemos a superação da era industrial, em que os produtos industrializados guiavam a ordem econômica global, agora, a informação é a força motriz do desenvolvimento.

A sociedade da informação não é um modismo. Representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia, havendo quem a considere um *novo paradigma técnico-econômico*. É um *fenômeno global*, com elevado potencial transformador das atividades sociais e econômicas, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessas atividades inevitavelmente serão, em alguma medida, afetadas pela infraestrutura de informações disponível. É também acentuada sua *dimensão político-econômica*, decorrente da contribuição da infraestrutura de informações para que as regiões sejam mais ou menos atraentes em relação aos negócios e empreendimentos. Sua importância assemelha-se à de uma boa estrada de rodagem para o sucesso econômico das localidades. Tem ainda marcante *dimensão social*, em virtude do seu elevado potencial de promover a integração, ao reduzir as distâncias entre pessoas e aumentar o seu nível de informação (TAKAHASHI, 2000, p. 5).

O modo de produção é a criação e processamento de informação, porém, isso não significa que a indústria e a agricultura não existam na mesma sociedade (STRAUBHAAR e LA ROSE, 2004). A informação e a comunicação são agora setores-chaves do desenvolvimento, estando intrinsecamente ligadas as outras formas de produção.

A economia da informação tem dois aspectos. O primeiro é a própria importância do crescimento do setor da informação como fonte de empregos e gerados de crescimento econômico. O segundo é a importância da infra-estrutura da informação para o resto da economia como foco de empregos em outras indústrias e contribuidora de produtividade nas áreas bancárias, manufatureira etc (STRAUBHAAR e LAROSE, 2004, p 44).

Os aparatos tecnológicos estão colocados em um contexto político, social e econômico mais importantes que a tecnologia em si. Assim como Straubhaar e LaRose (2004, p. 25) indicam, imaginamos como tecnologia as ferramentas, mas na verdade, são os complexos arranjos que elas criam - ou que a sociedade cria para esses aparatos - que são as tecnologias.

Então, percebemos que apesar das tecnologias, o desenvolvimento econômico e as relações sociais e políticas são fundamentais para determinar os usos – técnicos e sociais – das ferramentas.

Os meios de comunicação atravessaram vários estágios de desenvolvimento. A evolução desses meios vem dependendo em grande parte do desenvolvimento das economias e sociedades à sua volta. Não poderíamos ter meios de massa disponíveis, por exemplo,

antes que a Revolução Industrial tivesse tornado possível a produção e disseminação em massa de livros, jornais, rádio e televisão (STRAUBHAAR e LAROSE, 2004, p 26).

Podemos discutir como os meios de comunicação são utilizados nesse contexto. Para Akutsu e Pinho (2002, p. 724) o crescente uso da internet cria “uma oportunidade ímpar para que o governo crie novos serviços, com melhor qualidade e menor custo, e para que a sociedade possa participar de uma forma mais efetiva na gestão governamental”.

Mas, esses mesmos autores também recordam que a informação não é somente um conceito, mas também carregada de ideologia. Enquanto, Straubhaar e LaRose (2004, p.50) colocam que a informação pode estar sendo tratada somente como *commodity* de valor comercial, sem considerar o seu caráter de recurso público.

Cabe a discutir se os fluxos de informação estão realmente descentralizados, ou se, assim como na mídia chamada tradicional, ainda algumas empresas controlam a visibilidade do espaço midiático.

Google and Yahoo! agree on the top search result 90 percent of the time. The top10 websites receive 25 percent of all traffic. Traffic to political websites is relatively sparse, about one-tenth of one percent of all web traffic, a drop in the bucket compared to the 10 percent of all traffic that goes to porn sites. Moreover, the demographic for political sites is skewed toward older people. The internet has hardly proven to be the solution to political estrangement among young people. Additionally, traffic to political sites is also highly concentrated, with the top 50 of 773,000 political sites tracked receiving 41 percent of all political site visits, most of it concentrated among the top eight (MOSCO, 2009, p. 1397).

Apesar das divergências entre autores entusiastas dos meios tecnológicos e dos apocalípticos, “há razoável concordância com a possibilidade de participação do cidadão na vida pública, utilizando-se a Internet para o aperfeiçoamento da democracia” (AKUTSU e PINHO, 2002, p.729). É importante reconhecer que estamos diante de meios de comunicação que possibilitam a interação e a produção mútua de conteúdo. No contexto político, é preciso destacar iniciativas de campanhas e legislativas e consulta de construção participativa, como foi o caso, no Brasil, do Marco Civil da Internet.

O cidadão pode acessar essas informações utilizando a Internet. A Internet, ao permitir o acesso a informações disponibilizadas pelos órgãos públicos a partir de qualquer lugar do mundo, 24 horas por dia, pode ser um dos instrumentos mais eficazes para a construção de uma democracia mais efetiva (AKUTSU e PINHO, 2002, p. 729).

Então, tanto os governos como cidadãos podem buscar a mídia proporcionada pela internet para divulgar informações e reivindicar posicionamentos e ações. Contudo, a postura crítica ainda é fundamental.

É a mesma velha arte política, simplesmente atualizada pelas novas tecnologias da comunicação e formatada para o consumo de um público educado pela lógica dos meios de comunicação. Nela, o debate público significa pouco? Ora, e quando o debate público significou mais que isso: em suma, não teria existido esfera pública política, nem hoje nem nunca, na medida em que as suas possibilidades nunca se concretizam na prática política que, por sua

natureza, é competitiva, irracional e/ou motiva-se exclusivamente por cálculos de ganho (GOMES, 2008, p. 125).

Apesar de permitir construção de conteúdo pelo usuário, a internet ainda segue os mesmos padrões econômicos que a mídia eletrônica. Além disso, três principais eixos influenciam na eficiência desse processo: a inclusão digital; a disposição dos agentes políticos; e disposição dos cidadãos.

Embora dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tenham mostrado que, em 2013, 49,4% dos brasileiros⁶ acessaram a internet, o questionário⁷ de coleta revela que para responder positivamente à questão o cidadão poderia ter acessado a internet uma única vez nos últimos três ou doze meses, e esse acesso poderia ter ocorrido em casa, local de trabalho, escola ou qualquer outro local. Portanto, é preciso questionar se um acesso único é inclusão digital, principalmente em um recorte temporal muito grande para a internet.

A mesma pesquisa – a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013 (Pnad) – apontou que 48% dos lares brasileiros tem acesso à internet, 88,4% através do microcomputador, 53,6% também pelo celular e 17,2% por *tablets*. Porém, não se discute qual é o uso que as pessoas fazem da internet, se são adeptas à discussão política, se buscam por informações da sua cidade ou se só usam esses meios como forma de entretenimento.

A riqueza presente na internet destacada pelos teóricos da Sociedade da Informação poderia estar, contudo, na interação que ela possibilita entre os usuários, agora, sem intermédio de profissionais de comunicação ou instituições. Apesar da grande fonte de informações ainda provir de empresas, a comunicação mediada por computador entre cidadãos vai guiar interações sociais fundamentais, como, por exemplo, a participação política pela internet.

3. A internet e as interações sociais em rede

Foi a característica de rede que guiou o desenvolvimento das relações sociais e das comunicações na internet, mesmo que esse conceito não tenha surgido com a internet, foi na internet que ele se intensificou, expandindo as teias e atribuindo grande importância à interação entre os nós.

Primo (2008) caracteriza a interação mediada por computador a partir de dois aspectos, primeiro, no que tange a programação de códigos e máquinas, e segundo, no processo de negociação entre os interlocutores,

A interação mútua é aquela caracterizada por relações interdependentes e processos de negociação, em que cada integrante participa da construção inventiva e cooperada do relacionamento, afetando-se mutuamente; já a interação reativa é limitada por relações determinísticas de estímulos e resposta (PRIMO, 2008, p. 57).

Dois conceitos fundamentais guiam as interações mediadas por computador, a conversação mediada por computador – que guia a interação usuário-usuário –, e a arquitetura da informação – que guia o processo usuário-*website*.

O discurso produzido on-line nas interações mútuas é chamado de Comunicação Mediada por Computador, CMC (RECUERO, 2012). Para Hering (1996), CMC é quando humanos se comunicam pela instrumentalidade dos computadores. A autora estuda também o

⁶ Considerando população com 10 anos ou mais.

⁷ Fonte: ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso_a_internet_e_posse_celular/2013/questionario2013.pdf

discurso mediado pelo computador e a linguagem mediada pelo computador. Em seu estudo, baseado nos artigos de Herring, Recuero prefere utilizar a CMC como foco.

Mais do que meras interações, essas milhares de trocas entre pessoas que se conhecem, que não se conhecem ou que permeiam, estabelecem e constroem as redes sociais na Internet. As características dos sites de rede social, nesse contexto, acabam gerando uma nova “forma” conversacional, mais pública, mais coletiva, que chamaremos de conversação em rede (RECUERO, 2012, p.17).

Já a arquitetura da informação (AI), chave no processo de interação reativa, é para Adolfo e Silva (2006) uma área interdisciplinar que tem o objetivo de estruturar e organizar espaços de informação.

O termo Arquitetura da Informação (AI) surgiu por volta da década de 1960, a partir do seu uso pelo desenhista gráfico e arquiteto Richard Saul Wurman. O interesse de Wurman pela organização, reunião e apresentação das informações no ambiente urbano por meio de uma estrutura ou mapa de informação emergiu na ampliação do termo, o qual se apresenta como uma ciência e arte de criar espaços organizados (CUSIN, 2010, p. 35).

Camargo e Vidotti (2008, pp. 2-3) identificaram cinco elementos da arquitetura da informação: “processos e elementos básicos e específicos para o desenvolvimento de qualquer ambiente informacional digital, processos e elementos de acessibilidade; usabilidade e personalização; estrutura flexível e aberta; e possibilidade de retroalimentação”.

Os processos e elementos básicos e específicos são a organização e a estruturação do *website*, ou seja, a maneira como que ele se apresenta ao usuário e que possibilidades de recuperação de informação e de busca ele oferece. Algumas dessas ferramentas são: catalogação, classificação, indexação, hyperlinks e ferramentas de busca.

Estruturas de acessibilidade foram incorporadas para adaptar as plataformas às necessidades dos usuários “respeitando suas condições sensoriais, linguísticas e motoras em relação ao hardware e ao software utilizados” (CORRADI e VIDOTTI, 2007, p.3). Essas estruturas são identificadas em ferramentas de áudio descrição, por exemplo.

A usabilidade é um conceito mais complexo, já que é resultado da combinação das ferramentas de AI. “A experiência do utilizador vai além da eficiência, qualidade das tarefas e satisfação do utilizador, pois considera os aspetos cognitivos, afetivos, sociais e físicos da interação. Nesta perspectiva, a experiência do utilizador contextualiza a usabilidade” (MARTINS *et al*, 2013, p. 32).

Mesmo que a usabilidade dependa diretamente da arquitetura de um site esses conceitos são distintos. Estudiosos de usabilidade estão mais preocupados em observar a contribuição da organização de um site para as interações. Enquanto os estudiosos de AI concentram seus esforços na estruturação do site.

Usability engineers understand how to apply the rigors of the scientific method to user research, testing, and analysis. Their background in human-computer interaction and their experience observing users provide them with useful insights into design. They are often concerned with testing all aspects of the user experience, inclusive of information architecture and graphic design (MORVILLE e ROSENFELD, 2006, p. 10).

Ambientes de conversação e discussão tornaram-se um importante objeto de pesquisa, já que além de espaços de comunicação, revelam traços e dinâmicas sociais. Dentro deles, ambientes de participação política são o foco deste estudo. Esse conceito é anterior à internet, mas as próprias possibilidades técnicas deste meio ampliaram o debate e fez surgir novos ambientes de discussões e metodologias de análise. Portanto, é de fundamental importância discutir como os processos de participação política ocorrem na internet, já que esse meio possui particularidades tecnológicas e sociais.

4. O *Vote na Web*

O *Vote na Web* se apresenta como um site de engajamento cívico e partidário, que tem como objetivos aumentar a polarização da sociedade, e se compromete em levar os resultados da participação civil ao Congresso⁸.

Uma das principais características do *Vote na Web* são os resumos apresentados, formulados por analistas – a partir do texto do projeto de lei original – que buscam traduzir os termos utilizados para uma linguagem mais próxima a do público. Quando a lei passa por votação na Câmara e no Senado o site apresenta uma comparação entre o voto dos legisladores e dos usuários. Outros aspectos da arquitetura do referido site podem ser citados, como por exemplo, a divisão dos projetos de lei apresentados em categorias, como, economia, saúde, trabalho, cidades, cultura, esporte, transporte, entre outras. Também há duas ferramentas de busca, por filtros pré-estabelecidos, ou por palavras-chave.

Neste trabalho vamos analisar o fórum destinado a um projeto de lei específico, o projeto de lei complementar (PLC) 7633/2014, que diz respeito ao parto humanizado. A escolha da temática é justificada pelas medidas que o poder público brasileiro vem tomando para diminuir o número de partos cirúrgicos realizados na rede pública e particular de saúde.

5. A participação popular em torno do projeto de lei 7633/2014

O Ministério da Saúde e a Agência Nacional da Saúde Suplementar (ANS) implementaram a resolução normativa 368 de 6 de janeiro de 2015, estabelecendo que os planos de saúde devem informar às gestantes o histórico de cesarianas do médico, da operadora e do hospital, ampliando o acesso a informações essenciais na decisão da mulher. A resolução retoma a discussão a respeito do elevado número de partos cirúrgicos realizados no Brasil. Segundos dados da pesquisa *Nascer no Brasil*⁹ 52% dos partos realizados no país são cirúrgicos – sendo 46% do setor público de saúde e 88% do setor privado. A recomendação da Organização mundial da Saúde (OMS) é que a taxa de cesarianas não ultrapasse os 15%.

Desde 2014 tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei complementar 7633/2014, que dispõe da humanização do atendimento à gestante e ao neonato, estabelecendo diretrizes para o atendimento médico durante a gestação e após o nascimento do bebê. Neste cenário, é fundamental ouvir a voz das mulheres em relação a essas medidas que diretamente lhe são destinadas.

No site da Câmara dos Deputados, o PLC 7633/2014 entrou para participação popular por uma enquete – os usuários poderiam optar se concordavam ou não com a proposta. O site traz a seguinte pergunta “Você concorda com a proposta que limita o número de cesarianas no país à média recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), atualmente de 15% dos partos?”. A enquete ainda está ativa, mas até 12 de março de 2015, mais de 58% afirmaram que sim, 40% que não e 1% não tem opinião formada.

⁸ Fonte: <http://www.votenaweb.com.br/sobre>

⁹ A pesquisa foi coordenada pela Escola Nacional de Saúde Pública. Mais detalhes em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/nascerbrasil/>

Apesar de a enquete ser uma forma de participação popular, não é possível ter dados a respeito de quantas mulheres votaram. Ademais, é possível votar apenas com o entendimento da pergunta, contudo, há nessa página do *website* um caminho para que o usuário se informe mais a respeito do projeto de lei, o *link* “Clique aqui para saber mais” leva a uma notícia sobre a enquete no próprio site da Câmara dos Deputados, na página da notícia outro *link* leva para a sessão do site que mostra a tramitação do projeto da casa legislativa e onde é possível ler o projeto da íntegra.

Além de iniciativas do poder público, a própria sociedade civil se organizou para poder opinar a respeito dos projetos de lei que são propostos e que tramitam nas casas. Neste contexto, temos o *website Vote na Web*, que traz os projetos que estão em tramitação nas assembleias legislativas para votação popular, propondo um espaço de debate e com dados a respeito do gênero, da idade e a qual unidade da federação reside o usuário que votou em determinado fórum.

No caso do PLC 7633/2014 o título é “Obrigará a humanização do parto, permitindo que a gestante escolha as condições do parto, para diminuir o número de cesarianas no Brasil”. Neste trabalho, o resumo elaborado para a votação desse projeto de lei será analisado, já que é primordialmente a partir dele que os usuários se informam a respeito do tema debatido.

6. Metodologia

O esforço metodológico em descrever a arquitetura do *Vote na Web* concentra-se na estrutura do site, que é onde se encontra o conteúdo. A amostra para análise descritiva da arquitetura do *website* será o conteúdo disponibilizado na página do projeto de lei 7633/2014. Descrevemos os elementos de organização, de busca, de interface, e de distribuição e disseminação da informação do *Vote na Web*, atentando aos seguintes itens: hyperlinks internos e externos; ferramentas de busca; presença de imagens; presença de vídeos; visualização gráfica de informações; categorização dos assuntos; e ferramentas de compartilhamento em redes sociais.

Na análise comparativa entre o resumo e o texto do projeto de lei na íntegra partimos do projeto de lei procurando as seguintes características: do que se trata; objetivos; medidas de implantação da lei; e justificativa. Depois, essas mesmas categorias serão analisadas no resumo do projeto de lei formulado pela equipe do *Vote na Web*.

A primeira categoria vai indicar sobre o que dispõe o projeto de lei, ou seja, sua temática e como ela é apresentada no resumo. Na segunda categoria, vamos analisar quais objetivos expressos no texto da lei foram expressos no resumo. Já o terceiro tópico, vai procurar quais as medidas de implantação propostas aparecem no texto do resumo, já que o modo como a lei irá funcionar é fundamental para compreender como ela irá atingir os seus objetivos. E por fim, a última categoria vai identificar qual é a justificativa da apresentação do referido projeto de lei e indicá-la no resumo. Escolhemos categorias objetivas já que se trata de um projeto de lei longo. Os dados estão sistematizados em tabelas, comparados e discutidos.

7. Resultados e Discussão

Primeiramente analisamos, pela metodologia descritiva, a página destinada ao projeto de lei 7633/2014 no *website Vote na Web*, já que compreendemos a importância das características de recuperação de informação, interaçãoreativa e compartilhamento para a experiência do usuário.

Quando o usuário está na página de algum projeto de lei para se informar ou votar no *Vote na Web*, a barra superior permanece com atalhos que permitem a navegação em outras áreas do site. Além de outras áreas o usuário pode vincular sua navegação ao seu perfil nas redes sociais *Facebook* e *Google+* ou ainda registrar-se preenchendo o formulário disponível.

O acesso aos termos de uso e aos termos de privacidade do *website* também permanece fixado na barra superior.

Figura 1: Barra superior de navegação



Fonte: *Vote na Web/2015*

A seguir o usuário pode navegar em outras áreas do *website* a partir das seguintes palavras-chave: projetos de lei; arquivo; políticos; e ranking. A página de projetos de lei traz imagens, gráficos e textos prévios do projeto de lei que está em votação. A página de arquivo mostra os projetos que tiveram sua tramitação nas casas finalizada. Na seção dos políticos, o usuário encontra um perfil de todos os parlamentares que compõe atualmente as assembleias – nesta página há uma subseção de palavras-chaves: senadores; deputados; e presidentes. A parte do ranking traz os políticos que tem maior índice de aprovação dos projetos apresentados na votação do *Vote na Web*. Ao lado, há um espaço para buscas dentro do *website*.

A parte dedicada ao projeto (figura 2) traz em destaque o título, uma foto ilustrativa, o resumo, mais informações sobre o projeto, e dois ícones de compartilhamento em redes sociais, o *Twitter* e o *Facebook*. Então, mesmo permitindo cadastro pelas informações da rede social *Google+*, o usuário não tem um ícone de compartilhamento direto nessa plataforma.

No canto esquerdo, estão informações institucionais do projeto: político que propôs a lei e seu partido; a casa legislativa a qual pertence esse político; a data de apresentação; a situação do projeto de lei – em qual etapa de tramitação está; e a categoria na qual ele foi classificado pelo *Vote na Web*. O nome do político é um hyperlink interno que leva o usuário a uma página com informações sobre ele no *Vote na Web*. A palavra que define a categoria, no caso “saúde”, também é um hyperlink interno que direciona a uma lista de todos os projetos dessa categoria no referido *website*.

Um hyperlink externo direciona para o site da Câmara dos Deputados em uma página que apresenta a texto do projeto de lei na íntegra, então, o usuário que quer se informar além do que é dito no resumo pode acessá-lo. Abaixo há um ícone onde o usuário pode escolher seguir o projeto de lei, assim, acompanhar as atualizações. E o ícone “leve esse projeto para o seu site” direciona para uma janela onde é gerado um código de compartilhamento em HTML¹⁰.

O resumo do texto ocupa o centro da página e abaixo os botões para o usuário votar sim ou não, ou seja, se concorda com a proposta do projeto de lei ou não. Caso queira votar, o usuário precisa estar conectado a sua conta em alguma rede social, ou pelo seu cadastro no *Vote na Web*.

Figura 2: Apresentação do projeto de lei

¹⁰ Linguagem de programação, sigla de *Hyptertext Markup Language*.

Obrigará a a humanização do parto, permitindo que a gestante escolha as condições do parto, para diminuir o número de cesarianas no Brasil.

 Curtir 492  Tweetar 15



O projeto obrigará a humanização do parto, para diminuir o número de cesarianas no Brasil. Para isso, todo o SUS deve dar assistência humanizada à grávida, desde a gestação até depois do parto.

A gestante poderá optar pelo meio de parto mais confortável, podendo utilizar de meios farmacêuticos que atenuem a dor do parto e também ter um acompanhante.

Os médicos e demais profissionais de saúde deverão dar prioridade à assistência humanizada no nascimento. Essa assistência consiste em uma interferência mínima da equipe, só utilizando métodos como cirurgia e medicamentos quando forem muito necessários. Assim que nascer, o bebê deverá ser imediatamente colocado em contato com a mãe, se nenhum dos dois correr risco.

A mãe também terá direito de permanecer em contato com seu filho, mesmo que ele esteja em unidade de tratamento intensivo.

Para garantir a escolha da mulher, a equipe de saúde deverá fornecer a ela todas as informações sobre gestação, diferentes formas de parto e amamentação.

O projeto proibirá formas de ofensas à gestante, e algumas condutas consideradas ofensas verbais ou físicas, como ironizar ou constranger a mulher devido a sua religião, cor, nível educacional ou orientação sexual. Ignorar queixas e solicitações da grávida também fazem parte dessa lista. Realizar cesariana ou realizar na mulher procedimentos sem necessidade ou humilhantes também constam como formas de ofensas.

De acordo com o deputado, o objetivo do projeto é impedir a violência contra a mulher em muitas de suas formas, considerando a fragilidade da mulher na gestação e no parto. Também é necessário diminuir o número de cesarianas no país, e dar à mulher condições mais humanas de escolha do seu parto, respeitando sua vontade e sua sexualidade.



Proposto pelo deputado
Jean Wyllys do PSOL

Tipo: Câmara
Data de apresentação: 29/05/2014
Situação: Em tramitação

Categorias:
Saúde



Ler arquivo original
na íntegra (pdf)



Seguir este projeto



Leve este projeto
para seu site

Votar Sim

Votar Não

Fonte: *Vote na Web/2015*

Caso o usuário esteja navegando no *Vote na Web* com conexão a sua rede social, há na página mais duas características de arquitetura que não aparecem para o usuário que não utiliza essa opção. Abaixo dos botões de votar sim ou não, o *website* informa quais dos seus amigos da rede social votaram naquele projeto de lei, as fotos em miniatura dos amigos levam a uma página onde é possível ver todos os projetos em que ele ou ela votou no *vote na Web*. Ao lado esquerdo do ícone de compartilhamento no *Facebook*, existe outro ícone que permite o compartilhamento do referido projeto de lei por e-mail, acreditamos, contudo, que essa opção também poderia ser disponível para quem não navega conectado.

A primeira parte da página é ocupada pelas informações sobre o *website*, a segunda parte com informações sobre o projeto de lei específico e à terceira cabe o espaço destinado aos dados da votação e a classificação do projeto (figura3).

Nesta parte, elementos gráficos e botões interativos compõe a arquitetura. Graficamente, o usuário pode visualizar os parâmetro da votação em um gráfico circular, e pelos botões interativos localizados no lado esquerdo filtrar os votos por estado da federação, gênero ou idade – sendo faixa etária ou idade específica. A escala de cores da visualização gráfica pelo mapa do Brasil muda a cada seleção feita pelo usuário, assim como o gráfico circular e a contagem de votos totais de sim e não indicada abaixo do título Votos dos cidadãos.

Caso o usuário queira as informações sobre voto por estado da federação ele também pode localizar o cursor do *mouse* sobre o mapa do Brasil, assim, uma janela indica qual a porcentagem e o número de votos sim e de votos não naquele estado. Se não existirem votos naquele estado o território gráfico no mapa adquire a cor cinza.

Figura 3: Dados da votação
Votos dos cidadãos



Fonte: *Vote na Web/2015*

O *website* também permite a visualização por gráfico de barras da classificação do projeto pelos usuários, as categorias possíveis são: urgente; relevante; corajoso; inviável; irrelevante; e sem noção. Somente conectado a sua conta em uma rede social ou em seu cadastro no *Vote na Web* é que o usuário pode classificar o projeto. Nesse modo de navegação há ao lado esquerdo das categorias um círculo cinza. Um texto também indica que o usuário pode escolher até duas categorias de classificação, e ainda há dois ícones para publicar tal classificação no *Facebook* ou no *Twitter*.

A figura 4 mostra o espaço destinado ao fórum de discussão. O título destaca o número de comentários, que aparecem do mais recente ao mais antigo, a não ser que algum usuário tenha respondido diretamente ao comentário de outro – como aparece na figura 4, percebe-se um recuo à esquerda para os dois últimos comentários. O *website* ainda permite que o usuário filtre os comentários pelas seguintes categorias: todos; votou sim; votou não; e indeciso.

Nesse espaço a navegação também é diferente para o usuário que está conectado a sua conta em uma rede social ou ao cadastro no *website*. Há um espaço para comentar, localizado ao lado direito do título, botões de publicação na rede social *Facebook* e *Twitter*. Ademais, ferramentas de interação aparecem abaixo de cada comentário de outros usuários: responder; curtir; e denunciar. Então, mesmo sem moderação, o *website* permite que os usuários denunciem comentários ofensivos e abusivos.

Figura 4: Comentários

718 comentários

Filtrar por: Todos



Não 07 Mai 2015

Não, porque A MULHER TEM QUE TER A OPÇÃO DE OPTAR PELA CESARIANA. Muitas mulheres NÃO QUEREM PARTO NORMAL, a lei é maravilhosa, exigindo respeito, proibindo qualquer método que não seja consultado e ratificado pela mulher gestante. MAS, O PROJETO PEÇA GRAVEMENTE QUANDO OBRIGA A MULHER A DISPOR SOMENTE DE PARTO NORMAL. O DEVIDO PROJETO DEVE SER ALTERADO, CABE A MULHER A APODERAR-SE DO PRÓPRIO CORPO. CABE AS MULHERES DECIDIREM SE QUEREM OU NÃO CESÁRIA OU PARTO NORMAL. Quando o Exc. Deputado alterar incluindo dispositivo "INCLUSIVE CESARIANA", EU SEREI A PRIMEIRA A CONCORDAR. Mais uma vez querem legislar sobre o corpo da mulher. EU SOU MULHER E SOU DONA DE MEU CORPO, A ESCOLHA CABE A MIM, SEJA CESÁRIA, SEJA NORMAL E QUALQUER DE SUAS MODALIDADES, SEJA UMA PARTEIRA, SEJA SOZINHA. EU SOU DONA DE MIM.



Sim 08 Mai 2015

cara, sério... tentem estudar um pouco antes de votar E comentar... fica feio até pra vcs... "Parto Humanizado" trata-se justamente de dar essa escolha a mulher. Parto normal e parto humanizado são coisas diferentes; Vai ler um pouco, por favor... comentários assim me dão dor de cabeça.



Sim 08 Mai 2015

Bianca, o que ele quer é justamente isso: Que a mulher tenha a opção de escolher se quer cesariana ou não. Não é obrigar o parto normal, é dar a opção, que a ENORME maioria dos hospitais não dá (ou não respeita).

Fonte: *Vote na Web/2015*

O website não disponibiliza todos os comentários na página, para acessá-lo o usuário precisa recorrer ao botão “carregar mais comentários” quantas vezes forem necessárias. Esse esforço acaba sendo repetitivo, e no caso desse projeto – que possui muitos comentários – foram necessários 35¹¹ cliques até que todos os comentários ficassem disponíveis para visualização. Talvez, fosse mais fácil criar outro filtro, para que o usuário decida quantos comentários ele deseja visualizar na tela.

Ao final da página o usuário encontra projetos relacionados também disponíveis pra votação no *website*. A cada atualização da página esses projetos mudam. Alguns elementos de navegação ausentes nesse espaço facilitariam a navegação, como um botão para retornar ao topo da página, ou ainda uma barra de rodapé com opções de navegação pelo *website* com *hyperlinks* internos para a página inicial, por exemplo.

Percebe-se pela nossa análise, que a navegação pelo *website* é simples, como elementos de compartilhamento em redes sociais e de interação. Contudo, há algumas ferramentas que facilitariam a navegação, como o botão de retornar ao topo da página ou o filtro que permita que o usuário veja a quantidade de comentários que deseja na página.

¹¹ Para visualização de 718 comentários. Coleta realizada em 26 de maio de 2015.

Figura 5: Projetos relacionados

Projetos de leis relacionados



Fonte: *Vote na Web/2015*

A segunda análise prevista nesse trabalho constitui-se na comparação entre o texto do projeto de lei na íntegra e o resumo formulado pelo *Vote na Web*. Essa análise vai permitir mensurar para quais tópicos do tema o *website* preferiu dar visibilidade, e proposições sobre o que a equipe considera relevante informar a fim de que o cidadão possa decidir se é a favor ou não de determinado projeto de lei.

Em nossa análise do texto do projeto de lei, procuramos sintetizar em poucas palavras quais eram as categorias que delimitamos. No caso do resumo, utilizamos trechos retirados do próprio texto. É importante destacar que o texto do projeto de lei na íntegra lista o que é considerado parto humanizado e o que deve ser enquadrado como violência obstétrica. Apesar dessas definições não terem entrado em nossas categorias de análise o resumo não traz essas delimitações, se preocupando apenas em citar informações mais gerais, como o direito da gestante a um acompanhante, mas sem explicar, inclusive o que é um parto normal, e dando pouco destaque ao fato de que o projeto de lei dá o direito de escolha à mulher.

A principal falha no resumo para a categoria “do que se trata” diz respeito ao foco somente na humanização do parto quando, na verdade, se olharmos a análise feita do texto na íntegra a humanização se dará em todo o processo de atendimento, considerando, inclusive, o atendimento do bebê, desde a sua manutenção, limpeza a amamentação.

Em ralação aos objetivos, o resumo não deixa claro que o projeto pretende diminuir o número de cesarianas ao índice sugerido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), portanto, quem pouco tem conhecimento sobre os altos índices de partos cirúrgicos no Brasil pode não entender como um objetivo válido. E ainda, quando fala sobre a violência obstétrica usa a palavra “fragilidade” que está carrega de valor simbólico, ligando a mulher à ideia de “sexo frágil”. Quando na verdade, a violência obstétrica coloca a mulher em condição de vítima, e na situação de parto e atendimento à gestante ela fica vulnerável às atitudes do médico, que podem ser humanizadas ou violentas.

O ponto mais fraco do resumo é na colocação das medidas de implantação da lei. Apesar de listar algumas atitudes de não violência obstétrica e atendimento humanizado, o resumo não especifica de que maneira a lei pretende alcançar seus objetivos. Então, o projeto parece fraco no sentido de sua execução, já que o usuário que não tem contato com o texto na íntegra acaba não tendo conhecimento do Plano Individual de Parto, da criação das Comissões e da capacitação e informação de profissionais da área da saúde. Por fim, a justificativa também falha no resumo por não trazer os índices que mostram a posição do Brasil no ranking mundial de cesarianas.

As tabelas a seguir trazem os dados coletados na análise

Tabela 1: Análise do projeto de lei completar 7633/2014

Fonte: autoria própria

Análise do PLC 7633/2014	
Do que se trata:	- humanização da assistência à mulher e ao neonato no ciclo gravídico-puerperal.
Objetivos:	- humanizar o atendimento à gestante, à parturiente e ao neonato - diminuir o índice de cesarianas ao indicado pela Organização Mundial de Saúde - erradicar a violência obstétrica
Medidas:	- elaboração de um Plano Individual de Parto - no plano individual de parto a gestante indica quais são as suas vontades – uso de analgésicos, posição em que o parto será realizado, etc – qualquer alteração deve ser em caráter de urgência e com autorização da gestante - criação de Comissões de Monitoramento dos Índices e Cesarianas e de Boas Práticas Obstétricas (CMICBPO) - exposição de cartazes informativos em estabelecimentos que prestam atendimento ao parto e nascimento. - implementação de disciplinas nas diretrizes curriculares de escolas e universidades que ministram cursos de formação profissional na área da saúde - As CMICBPO ficam responsáveis pela elaboração de relatórios a respeito dos índices de cesarianas realizados em cada instituição de atendimento - as instituições que ultrapassarem os índices indicados serão alertadas, e em caso de recorrência haverá sindicância para investigação. - as instituições e profissionais que não cumprirem o estabelecido na lei responderão no âmbito civil, penal e administrativo.

Justificativa:	- índices de violências obstétrica divulgados em pesquisa da Fundação Perseu Abramo – SESC - Dossiê elaborado pela Rede Parto do Princípio colocou o Brasil como líder mundial no ranking de cesarianas
----------------	--

Tabela 1: Análise do resumo elaborado pelo *Vote na Web* para o PLC 7633/2014

Fonte: autoria própria

Análise do resumo do PLC 7633/2014	
Do que se trata:	- O projeto obrigará a humanização do parto. - todo o SUS deve dar assistência humanizada à grávida, desde a gestação até depois do parto.
Objetivos:	- para diminuir o número de cesarianas no Brasil - o objetivo do projeto é impedir a violência contra a mulher em muitas de suas formas, considerando a fragilidade da mulher na gestação e no parto.
Medidas:	-----
Justificativas:	Também é necessário diminuir o número de cesarianas no país, e dar à mulher condições mais humanas de escolha do seu parto, respeitando sua vontade e sua sexualidade.

Considerações Finais

Os recursos da web 2.0 facilitaram a criação e a circulação de conteúdos aos usuários da internet, que podem atuar como leitores, autores, produtores e editores de conteúdo informacional multimídia. O usuário não é mais pensado como agente passivo, mas como desenvolvedor de conteúdo. A segunda geração de ferramentas online potencializa as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de expandir os espaços para a colaboração entre os participantes.

Porém a Sociedade da Informação reproduz, em parte, a concentração midiática dos meios tradicionais, e a informação que adquire maior fluxo e credibilidade na rede ainda advém de portais e sites mantidos por oligopólios. Ademais, por mais que exista a possibilidade maior de produção de conteúdo de interação por parte do usuário, esse usuário ainda pertence às classes mais altas da população.

Temas pouco discutidos na mídia tradicional, apesar de encontrarem espaço na internet, ainda ficam fora do grande fluxo de informações da rede. Quando um site como o *Vote na Web* se propõem a colocar em debate temas diferenciados, que também estão em discussão nas casas legislativas do país, além de dar visibilidade às temáticas proporciona um ambiente de participação e de discussão política.

Contudo, pela nossa análise foi possível perceber que – no caso do projeto de lei 7633/2014 – a temática é pouco discutida e o resumo apresentado ao usuário não reflete uma característica fundamental de uma lei: as medidas de implantação. O usuário que não procura mais informações – por falta de vontade ou por não ser habituado a buscas na internet – pode acabar participando da votação, ou ainda, da discussão, com informações rasas e equivocadas.

A arquitetura do *website* da o acesso ao texto da lei na íntegra por meio de um *hyperlink* externo ao site da Câmara dos Deputados. Porém, a linguagem jurídica e termos médicos presentes no texto podem dificultar a interpretação dos usuários.

As informações, as condições de acesso, a inclusão digital e o uso que os indivíduos fazem da mídia digital limitam, ainda, as potencialidades que existem na internet. Mesmo que esses processos continuem no âmbito do potencial – não ocorrendo de fato – é preciso discuti-los para vislumbrarmos um futuro mais democrático e inclusivo.

A pesquisa indica que a participação civil está ocorrendo no ambiente físico e no ambiente on-line. Dessa maneira, percebemos como o Votenaweb se tornou um atrativo para população visto que ele segue uma inclinação política atual. A análise deste ambiente de comunicação é fundamental para o fomento da discussão sobre cidadania e participação política-social. Afinal, são discutidos projetos que podem vir a se tornar lei no país. Ademais, o Vote na Web representa um ambiente comunicacional independente, onde o fluxo parte da esfera civil, debatendo temas que em uma esfera pública eram de discussão exclusiva dos parlamentares.

Concluimos que o *website* possui limitações e que as ferramentas on-line não são utilizadas em sua potencialidade. Mas, a partir de um contexto de cidadania e de participação on-line é possível verificar que a arquitetura do *website* favorece a participação, mesmo sem o engajamento cívico, e que os processos comunicativos e interativos inerentes à essa plataforma on-line são um passo em direção a uma prática cidadã mais ampla.

Referências

AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antônio Gomes de. **Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa**: investigação em portais de governo no Brasil. Revista de Administração Pública, 36(5), pp. 723–745, 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6461>. Acessado em 23 de abril 2015.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, n.5, pp. 193–216, 2011. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>. acessado em: 23 de abril 2015.

CAMARGO, Liriane; VIDOTTI, Silvana. Arquitetura da Informação para Ambientes Informacionais Digitais. In: Anais IX Enancib, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://gtancib.fci.unb.br/index.php/gt-08/2-uncategorised/207-gt08-anais-digitais-ix-enancib>. Acessado em 12 de outubro 2014.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CORRADI, Juliana; VIDOTTI, Silvana. **Elementos de Acessibilidade em Ambientes Informacionais Digitais**: Bibliotecas Digitais e Inclusão Social. In: Seminário Internacional de Bibliotecas Digitais Brasil, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=23455>. Acessado em 12 de outubro 2014.

CUSIN, Cesar Augusto. **Acessibilidade em ambientes informacionais** digitais. Tese de Doutorado. Marília, 2010.

GOMES, Wilson. **Possibilidades argumentativas da nova esfera pública.** In *Comunicação e Democracia: problemas & Perspectivas*. São Paulo: Palauis, 2008.

HERRING, Susan. **Computer-Mediated Communication: Linguistic, Social and Cross-Cultural Perspectives**, Amsterdam: Benjamin, 1996. Disponível em: <http://ella.slis.indiana.edu/~herring/cmc.intro.1996.pdf>. Acessado 12 de outubro de 2014.

IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – Pnad 2013. Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>. Acesso em 10 de maio 2015.

JENKINS, Henry; CARPENTIER, Nico. **Theorizing participatory intensities: A conversation about participation and politics.** *The International Journal of Research into New Media Technologies*, 19(3), pp. 265–286, 2013. Disponível em: <http://doi.org/10.1177/1354856513482090>. Acessado em 23 de abril 2015.

MAIA, Rousiley Celi Moreria. **Visibilidade midiática e deliberação pública.** In *Comunicação e Democracia: problemas & Perspectivas*. São Paulo: Palauis, 2008.

MANTILLA, Lya Fernandez de. **Algunas Aproximaciones ala Participación Política.** *Reflexión Política*, vol. 1, n. 1, 1999

MARTINS, Ana Isabel *et al.* **Avaliação de Usabilidade:** uma revisão sistemática da literatura. *Revista Ibérica e Sistemas e Tecnologia da Informação*, nº 11, pp. 31-43, 2013

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política.** *Lua Nova*, nº 55-56, pp. 155-184, 2002.

MORVILLE, P.; ROSENFELD, L. **Information Architecture for the World Wide Web.** 3 Ed., Sebastopol, CA: O'Reilly, 2006.

MOSCO, Vincent. Review Article: Approaching digital democracy: Gary Hall, *New Media & Society*, 11(8), pp. 1394–1400, 2009. Disponível em: <http://doi.org/10.1177/1461444809344076>. Acessado em 23 de abril 2015.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador.** 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede:** comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

ROTHBERG, Danilo. et al. As revoltas e seu impacto sobre a comunicação pública: o potencial do Observatório Participativo da Juventude In: **Liinc em Revista**, vol. 10, nº 1, pp. 227-240, 2014.

SAMPAIO, Rafael Cardoso, *et al.* **Como avaliar a deliberação online?** Um mapeamento de critérios relevantes. *Opinião Pública*, vol. 18, nº 2, pp. 470-489.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SERRA, Joaquim Paulo. **Novos media e participação política**. Observatorio Journal, vol 6, n. 2, pp.127-155, 2012.

SHIRKY, Clay. **A Cultura da Participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

STRAUBHARR, Joseph; LAROSE, Robert. **Comunicação, Mídia e Tecnologia**. Tradução: José Antônio Lacerda Duarte. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

TAKAHASHI, Tadao (Org). **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

VALENTE, Carlos; MATTAR, João. **Second life e Web 2.0 na educação**: o potencial revolucionário das novas tecnologias. São Paulo: Novatec, 2007.